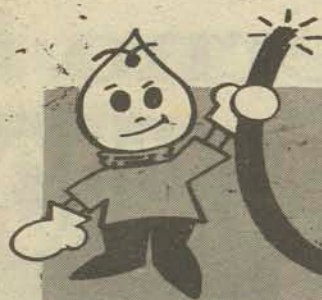




Linha Viva

SETOR ELÉTRICO
VIOLÊNCIA
As punições continuam

Nº 159 29/11/91

Acidentes aumentam na Celesc e Eletrosul

O descaso com a segurança no trabalho faz com que muita gente saia machucada. Notificações dos órgãos competentes não tem resolvido o problema.

Vítimas sofrem de "complexo de culpa"

Muitos empregados tem a visão errada de que acidentes não podem ser prevenidos e frequentemente se sentem culpados pelos ferimentos que sofreram, diz Sovenir Macio Dias. O Linha Viva entrevistou vários empregados das duas empresas, vítimas recentes de acidentes de trabalho e confirmou esta afirmação.

O carpinteiro da Eletrosul, Saul Lonardelli, 53 anos, estava aplainando um pedaço de madeira quando sua mão escorregou e caiu em cima das três navalhas da máquina. Isto aconteceu em outubro e apesar de se dizer "acostumado" com acidentes, Saul não teve coragem de olhar o ferimento. "Pensei que tinha perdido alguns dedos". Depois de um primeiro susto deu para ver que o corte tinha arrancado a ponta do dedo mindinho e parte da unha do carpinteiro.

Para Saul isto "tinha que acontecer". Diz que está sempre esperando este tipo de coisas. "Todo cuidado é pouco com estas coisas elétricas. Elas até tem proteção, mas não quando se quer cortar a madeira de pé. Ai tem que fazer o trabalho sem proteção". Hoje, depois do acidente o carpinteiro confessa que trabalha sempre pensando no acidente. "O pior poderia ter acontecido. Poderia ter perdido a mão ou o braço como um amigo meu em Itajaí".

Outro que acredita que o risco faz parte da sua profissão é Celso Silva, auxiliar técnico da Celesc, que dois meses atrás estava instalando um regulador de quase dois metros, numa plataforma de três metros de altura. O regulador explodiu sobre sua cabeça. "Me joguei lá de cima e só deu para ver a tampa saltando e tudo pegando fogo. Em seguida o óleo esguichou e começou a cair sobre mim". Para sorte de Celso o óleo era novo e estava com a temperatura baixa e assim ele não sofreu queimaduras sérias. O técnico diz que em campo não há condições de se fazer testes com este tipo de equipamento e, por isto, o curto circuito que provocou o acidente não pode ser detectado.

"Não foi erro. Não tínhamos condições de prevenir, tecnicamente o acidente. Este é um risco que a gente tem que correr. Prefiro isto a ser electricista, que é o que eu fazia antes. É muito mais perigoso".

Na plataforma com Celso estava Neri José de Matos, que também se atirou ao solo e acabou torcendo o pé, ficando cinco dias afastado do trabalho. Para Neri "quem está na chuva é para se molhar".

São preocupantes os altos índices de acidentes de trabalho na Eletrosul e na Celesc. Nos últimos três meses foram feitas 20 notificações de acidentes na Eletrosul — número que as autoridades consideram muito grande. A Celesc, de outro lado, é "vice-campeã" nacional em acidentes entre as empresas de energia elétrica, conforme o CODI (Comitê de Distribuição de Energia Elétrica).

Para o diretor de saúde e segurança do trabalho do Sinergia, Sovenir Macio Dias, isto é resultado do descaso das empresas com o assunto. "É a prova é a ocorrência de acidentes banais como o de trancar o dedo numa gaveta — causado pelo stress, pelas pressões, inseguranças, etc". O mais irônico, segundo Sovenir é que na maioria das vezes os culpados, de acordo com os relatórios das empresas, são os empregados. "Se houvesse uma análise mais criteriosa as causas seriam outras, com certeza".

Mas além das empresas Sovenir alerta também os cipeiros — encarregados da prevenção de acidentes pela Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) e os sindicatos. "Eles não estão tendo a atuação desejada". Para o diretor do Sinergia, é necessário ainda que o próprio trabalhador se preocupe mais com o problema, exigindo um local com condições saudáveis de trabalho, onde se sinta tão tranquilo quanto em casa, e principalmente, o cumprimento das leis.

O pior disto tudo porém são as doenças relacionadas ou decorrentes do trabalho e que por não serem casos evidentes de acidentes ficam de fora destas estatísticas. "Nenhuma empresa relaciona doenças da coluna, bronco-pulmonares, stress, alergias, hipertensão, monotonia, acúmulo de funções, tenosinovite e outras como provocadas pelo trabalho".



Celesc contesta condição de "vice-campeã" de acidentes

O engenheiro de segurança do trabalho da Celesc, Jaílton Santana, não leva em conta os números do CODI. Sequer preocupou-se em saber que parâmetros a comissão utilizou para apontar a Celesc como vice-campeã em acidentes de trabalho. Ele prefere a pesquisa do Grupo de Intercâmbio e Difusão de Informações sobre Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho da Eletrobrás - GRIDIS.

Acontece que, pelo estudo da GRIDIS, a Celesc está abaixo da média das empresas do grupo Eletrobrás, em 1990. No ano passado, aconteceu um caso de acidente fatal - este ano já foram dois casos com morte. Santana explica tudo dizendo que a "nossa cultura não é protectionista. Estes acidentes acontecem por falhas oriundas da nossa formação".

Santana concorda, porém, que estão faltando trabalhadores na área de segurança do trabalho, na Ce-

lesc. "Estamos com algumas faltas. Vamos tentar completar com elementos da própria empresa, já que é impossível contratar. A gente dá curso de segurança do trabalho e depois aproveita eles para cobrir estas lacunas".

Na Eletrosul, o assunto "acidentes de trabalho" parece ser um tabu. José Luiz Hissê - presidente e representante da empresa na CIPA - no final da semana passada, até tinha concordado em dar uma entrevista para o LV. Mas, no início desta semana, mandou um amigo avisar que não poderia falar por estar muito ocupado e que faria um retorno, no mesmo dia, para marcar nova data de entrevista. Mesmo assim, ele foi procurado e depois de dezenas de telefonemas não foi localizado. Nunca estava no seu local de trabalho e sequer respondeu aos recados deixados para ele.

ELETROSUL

Assembleia aprova acordo

A assembleia dos empregados da Eletrosul realizada em Florianópolis terça-feira (26), aprovou a contraproposta da Eletrosul referente às cláusulas específicas da campanha salarial dos eletricitários. Com isso foi encaminhado o fechamento de um acordo com 14 cláusulas. Um acordo "representativo do grau de mobilização da categoria", conforme comentaram diretores do Sinergia na assembleia.

Várias cláusulas foram mantidas nos termos do ano passado. Diárias, Adicional de Penosidade, Intervalo de Repouso, Pagamento Quinzenal de Salários, Efeito Financeiro nas Promoções, Liberação de Estudantes e Auxílio Creche não sofrerão alterações. Em compensação, várias cláusulas tiveram retrocesso. E o caso do Transporte em Local de Difícil Acesso e horas extras. Avanços mesmo só no que diz respeito ao Abono de Faltas para Tratamento de Saúde, Dupla Função, Plano de Recuperação de Saúde e Complementação Auxílio Doença.

Uma questão permanece pendente: a liberação de dirigentes sindicais aguarda desdobramentos de negociações que acontecem no Rio de Janeiro para se chegar a uma conclusão. Mas "a disposição das empresas de cortar as liberações é uma

SALÁRIO

Como fica o reajuste

Cióvis Scherer
Dieese Eletricistas SC

Os eletricitários do Grupo Eletrobrás tem um novo acordo coletivo de trabalho com vigência para os próximos 12 meses.

O reajuste na data-base
Dois são os itens salariais: o reajuste na data base e uma cláusula de reajustes após a data base. Quanto ao primeiro, o reajuste acertado é de 11% sobre os salários de outubro/91. Com isto, os salários do Grupo Eletrobrás passam a ter reajustes acumulados no percentual total de 407,21% entre 01/11/91 e 01/11/95. Ao considerar-se o "Abono Não Compensável", concedido pelo TST em maio último, como uma forma de reajuste, aquele total é maior. Estes abonos de Cr\$ 10.000,00, Cr\$ 8.000,00 e Cr\$ 6.000,00 conforme as faixas de salário mínimo foram incorporados aos salários em maio. Além disso, fazem com que os salários no Grupo Eletrobrás tenham variações nominais diferenciadas entre si, numa relação inversamente proporcional ao valor dos salários.

Com isto o reajuste de 110% restaura o valor real dos salários dos eletricitários ao mesmo nível de 01/11/90. Os salários que, em outubro/91 eram de até Cr\$ 338 mil, terão ganho real ou manterão o mesmo poder de compra em relação ao ICV. DIEESE. O ICV variou 424,36% no período. E seguramente todos os salários terão variação superior à do INPC do período (413,19%).

Cabe dizer que em termos nominais os menores salários ficam bem próximos do Salário Mínimo Necessário calculado para outubro/91, cujo valor ficou em Cr\$ 281.266,00. Isto pode ser considerado a conquista de um nível salarial razoável pela categoria.

Lei salarial
A redação da cláusula menciona um desdobramento do reajuste, sendo 13,26% a título de "correção salarial" e produtividade, e 21,2% a título

CELESC

A volta do terrorismo

Está fazendo escola a implantação da "política" de Nogerl Weist, na Celesc, que determinava que quem tinha ação na Justiça contra a empresa não receberia mais aumentos por mérito. Esta semana empregados da Celesc entraram na assessoria jurídica do Sinergia, querendo desistir de ações trabalhistas por pressões de suas chefias. Segundo o assessor jurídico do Sinergia, Nilo Kaway Jr. hoje "esta pressão está acontecendo inclusive de uma forma mais covarde, que não é escrita, mas dita nos corredores".

Mas a "política" parece estar com seus dias contados. Recentemente a Juíza Agueda Maria L. Ferreira, da 3ª Junta de Conciliação da Justiça do Trabalho de Santa Catarina, em função de ação impetrada na gestão Nogerl, pediu a apuração de fato que ela entende como criminoso. Ela quer saber quem deu a ordem, quem participou desta decisão de punir quem tem reclamatória trabalhista. "E louvável a postura desta juíza que instruiu no processo trabalhista este procedimento criminoso da empresa", conclui Kaway.

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina que tem 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Glauco Marques, Editores: Gualberto Cassel (48) 244.661 e 48) 244.662. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 21, Fpolis, SC. Fone: (0482) 22-3568. Telex: 48-2555. Fax: 22-5594. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

VETOS

Governo insiste no arrocho

Jacques Mick
Núcleo Organizado de Imp. Sindical

O Congresso Nacional deve terminar de votar esta semana, depois de sete dias de impasse, os vetos presidenciais à política salarial (Lei 8.222). Depois de manter quatro vetos, o Congresso precisa agora dar definições rápidas para pelo menos dois pontos que agonizam os trabalhadores: o novo valor do salário mínimo e a forma de reajuste salarial.

Dos 11 vetos do presidente Collor, a bancada governista no Congresso conseguiu manter quatro. A oposição reuniu maioria de votos, mas não atingiu o mínimo necessário para derrubar os vetos (252 votos). Assim, permanecem vetados os artigos que estabeleciam vantagens em acordos coletivos só podem ser suprimidas por outro acordo; reajuste trimestral pelo INPC e aumento real de 5% ao trimestre para o salário mínimo a partir de janeiro do ano que vem; pagamento integral das perdas desde março de 90; e incorporação dos abonos (que já vigora pela lei 8.238).

Dos sete vetos restantes, cinco dizem respeito ao salário mínimo. A oposição decidiu, no dia 20, obstruir todos os trabalhos do Congresso enquanto o governo não negociasse a derrubada de alguns vetos. Com isso, ficaram adiadas em mais de uma semana outras votações importantes, como o orçamento da União, o ajuste fiscal e o aumento dos servidores.

A lei salarial aprovada em setembro pelo Congresso, sem os vetos do presidente, previa para outubro um salário mínimo de Cr\$ 46 mil, reajustado pelo

ALTA TENSÃO



Conselheiros da ELOS

A Fundação ELOS já sabe quem serão os novos curadores representantes dos empregados. Aldo Guido Votto, Antônio Valdir Vituri e Claudius Charles Girard vão ocupar um lugar no Conselho de Curadores, órgão máximo da instituição. Eles foram eleitos diretamente, arrebatando a preferência da maioria dos empregados da Eletrosul.

Conferência de Saúde cancelada

Foi cancelada a IX Conferência Nacional de Saúde, prevista para acontecer entre 9 e 13 de dezembro em Brasília. O cancelamento ocorreu em função de o Ministério da Saúde não haver repassado à organização do evento os Cr\$ 200 milhões que lhe caberiam para o financiamento da Conferência. Não há previsão de nova data para o evento.

A IX Conferência iria discutir o processo de municipalização da Saúde, especialmente as questões relativas ao controle social do Sistema único de

SAÚDE. O custo total da Conferência estava orçado em Cr\$ 400 milhões, divididos entre governo federal e secretarias estaduais de saúde. O ministro da Saúde, Aleni Guerra, alegou "escassez de recursos" para não repassar os Cr\$ 200 milhões.

Os organizadores da IX Conferência afirmaram que ela não poderia ter sido adiada, em função das inúmeras dificuldades que o país atravessa na área de saúde.

Para Passarinho, é demais - ele propõe Cr\$ 8,4 mil, para pagar também em novembro. A oposição entende que abono não resolve o problema, além de Discriminar os funcionários públicos, aposentados e pensionistas, que não teriam direito a ele pela proposta de Maciel.

O impasse deve ser superado até o final da semana. A partir da definição do valor do salário mínimo, ainda serão votados os vetos às seguintes Determinações:

- Reajuste da lei 8.222 serão deduzidos na data-base;
- Reajuste bimestrais do salário-mínimo a partir de outubro de 91;
- A partir de janeiro de 92, as antecipações para quem ganha até três mínimos passam de bimestrais para mensais e o reajuste quadrimestral pelo INPC vira trimestral. O salário mínimo também recebe antecipações mensais;

- Gatilho para a parcela salarial entre três e sete mínimos quando o INPC do trimestre superar 15%. O gatilho é pela diferença entre 15% e o INPC do semestre anterior;
- Antecipações bimestrais para aposentadorias até três mínimos;

- Parcela salarial entre três e sete salários mínimos terá na data-base e a cada seis meses reajuste pelo INPC do semestre anterior, deduzido o gatilho.

Para Passarinho, é demais - ele propõe Cr\$ 8,4 mil, para pagar também em novembro. A oposição entende que abono não resolve o problema, além de Discriminar os funcionários públicos, aposentados e pensionistas, que não teriam direito a ele pela proposta de Maciel.

O impasse deve ser superado até o final da semana. A partir da definição do valor do salário mínimo, ainda serão votados os vetos às seguintes Determinações:



ção entende que abono não resolve o problema, além de Discriminar os funcionários públicos, aposentados e pensionistas, que não teriam direito a ele pela proposta de Maciel.

O impasse deve ser superado até o final da semana. A partir da definição do valor do salário mínimo, ainda serão votados os vetos às seguintes Determinações:

- Reajuste da lei 8.222 serão deduzidos na data-base;
- Reajuste bimestrais do salário-mínimo a partir de outubro de 91;
- A partir de janeiro de 92, as antecipações para quem ganha até três mínimos passam de bimestrais para mensais e o reajuste quadrimestral pelo INPC vira trimestral. O salário mínimo também recebe antecipações mensais;

- Gatilho para a parcela salarial entre três e sete mínimos quando o INPC do trimestre superar 15%. O gatilho é pela diferença entre 15% e o INPC do semestre anterior;

- Antecipações bimestrais para aposentadorias até três mínimos;

- Parcela salarial entre três e sete salários mínimos terá na data-base e a cada seis meses reajuste pelo INPC do semestre anterior, deduzido o gatilho.

Para Passarinho, é demais - ele propõe Cr\$ 8,4 mil, para pagar também em novembro. A oposição entende que abono não resolve o problema, além de Discriminar os funcionários públicos, aposentados e pensionistas, que não teriam direito a ele pela proposta de Maciel.

O impasse deve ser superado até o final da semana. A partir da definição do valor do salário mínimo, ainda serão votados os vetos às seguintes Determinações:

- Reajuste da lei 8.222 serão deduzidos na data-base;
- Reajuste bimestrais do salário-mínimo a partir de outubro de 91;
- A partir de janeiro de 92, as antecipações para quem ganha até três mínimos passam de bimestrais para mensais e o reajuste quadrimestral pelo INPC vira trimestral. O salário mínimo também recebe antecipações mensais;

- Gatilho para a parcela salarial entre três e sete mínimos quando o INPC do trimestre superar 15%. O gatilho é pela diferença entre 15% e o INPC do semestre anterior;

- Antecipações bimestrais para aposentadorias até três mínimos;

- Parcela salarial entre três e sete salários mínimos terá na data-base e a cada seis meses reajuste pelo INPC do semestre anterior, deduzido o gatilho.

Para Passarinho, é demais - ele propõe Cr\$ 8,4 mil, para pagar também em novembro. A oposição entende que abono não resolve o problema, além de Discriminar os funcionários públicos, aposentados e pensionistas, que não teriam direito a ele pela proposta de Maciel.

TRIBUNA Livre

Estagnação e decadência

Sérgio Luiz Trainotti
CeFA/Celesc

Como Celesquiano, ponho-me a pensar e a discutir com alguns amigos sobre os meios sutis que a Empresa vem adotando para privatizar as atividades essenciais.

Recordo-me, que vários eletricitistas, operadores espalhados pelo Estado e a própria Empresa, falavam de que a mão-de-obra operacional é essencial e intocável na Empresa.

Enganam-se esses companheiros, pois, a verdade é bem aquela que o Sindicato prega: "todos os empregados indistintamente de função devem se preocupar com a Garantia no Emprego", pois, é justamente na área operacional técnica que a Empresa está mostrando o caminho da privatização; especificamente na manutenção preventiva e corretiva das redes de distribuição. Hoje está ocorrendo em Itajaí, amanhã em outras cidades do Estado, dezenas de empregados estão se aposentando e a Empresa não admite ninguém, por consequência, as empreiteiras vão pouco a pouco tomando conta e o lugar dos eletricitistas, amanhã dos operadores depois dos técnicos...

Com essa prática a categoria eletricitária enfraquece seu poderio de luta e de reivindicações salariais, pois as empresas empreiteiras dominarão todos, os trabalhos essenciais de manutenção e, talvez, da operação, projetos, comercial...

E o momento de acordar para realidade. A privatização está batendo à porta, justamente nas áreas técnicas e operacionais.

Vários companheiros Celesquianos contratados, injustamente, e têm-se ciência que a demissão dos ex-empregados de cooperativas estão com os dias contados.

Estamos deixando acontecer, sem mostrar no mínimo uma reação sólida e segura.

O individualismo está tomando conta de muitos Celesquianos: por consequência, a submissão e a impotência para a luta, batem forte em nossas consciências.

O otimismo não basta para tirar o país e os trabalhadores da crise. É preciso participar, discutir, sugerir e principalmente, exigir o direito ao emprego e todos os direitos de cidadania.

Sem as justificativas fornecidas pela inteligência, o otimismo não se sustenta.

Decadência

João V. Batista
CeFA/Celesc

A CELESC "tem" hoje junto a comunidade um nome respeitado pelos bons serviços prestados devido a garra e a coragem dos seus empregados nas linhas de frente.

As equipes de manutenção, especialmente treinadas, restabelecem, com rapidez e eficiência os circuitos elétricos com defeitos. A empresa, de modo sutil está entrando na era da privatização. De forma sorrateira, inicia justamente atacando os pontos mais eficientes e essenciais da empresa, ou seja: as equipes de manutenção programada e de emergência.

Diretores da CELESC e políticos em tempo de eleições afirmaram não haver sentido algum acabar com as equipes de manutenção da distribuição da CELESC, pois, esses empregados representavam a boa imagem perante a coletividade, por serem competentes e de confiança. Entregar para as empreiteiras os serviços de manutenção preventiva e corretiva, iluminação pública e serviços de emergência é uma traição com os empregados e a comunidade.

O discurso para a privatização, normalmente se baseia na ineficiência das empresas e dos setores.

Porque iniciar a privatização das áreas da empresa que são mais eficientes e essenciais?

Querem sanar a empresa, mas, não é o eletricitista o responsável pela má administração da CELESC, no que tange a distribuição; não é ele o responsável pela má utilização dos recursos da empresa. Não é o eletricitista que tem função indefinida. Seu salário é o mais baixo de todos os empregados. Um amigo me falou: "privatizar é um meio ainda melhor de poucos ganharem muito e muitos ganharem menos."

Saiba do salário de um empregado de empreiteira e sentirás o quanto ele está sendo explorado.

Mudar o Brasil é uma tarefa de muita pretensão, mas deixar acontecer coisas como estas na empresa, sem ao menos tentar defender o que é de todo o catarinense é covardia.

23/12/91

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias, devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.

Congresso discute atuação sindical e conjuntura política

Será nos dias 6 e 7 de dezembro o 1º Congresso dos Eletricitários de Florianópolis e Região, promovido pelo Sinergia. O evento vai reunir delegados eleitos nos locais de trabalho para discutir a situação política do país e traçar um plano de trabalho para a entidade.

As atividades começarão na sexta-feira, 06, às 19 horas com um painel de abertura no plenário da Assembleia Legislativa, aberto ao público, para o qual está convidada toda a categoria eletricitária. No sábado, os trabalhadores em grupo terão lugar na Escola Básica Celso Ramos, ao lado do SENAC, com início previsto para às 9 horas.

Os debates serão estimulados por convidados especiais como o diretor nacional de política sindical da CUT, Durval de Carvalho e o diretor da Força Sindical, Lúcio Belantani, mais o escritor Ozéas Duarte (autor de "Os

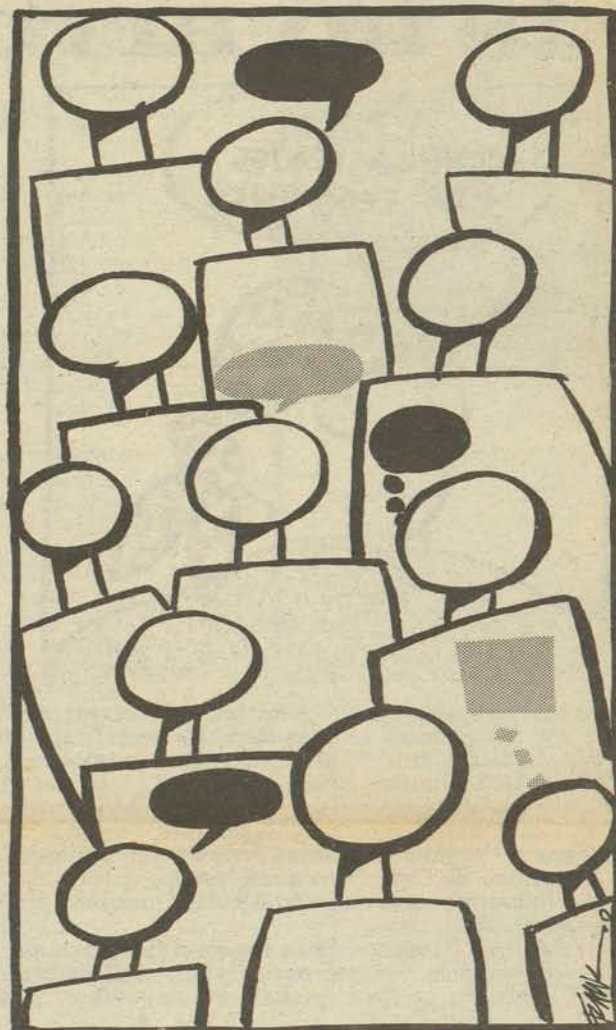
mercadores de ilusões — crítica ao sindicalismo de resultados") que tratarão do tema Conjuntura e Movimento Sindical e de concepção e prática das centrais.

O segundo painel de debates deverá contar com a presença do presidente do Tribunal Regional do Trabalho/SC, Humberto Grillo, que vai falar sobre O Papel da Justiça do Trabalho e sua relação com o Movimento Sindical. Eric Crivelli, assessor jurídico de sindicatos de trabalhadores falará sobre o Contrato Coletivo de Trabalho e a Organização Sindical.

Além dos painéis de debates acontecerão trabalhos em grupo onde será feito um balanço político e organizativo do sindicato como também o plano de ação da entidade. Tudo com base nas teses e contribuições apresentadas por membros da categoria e pela organização do Congresso.

Os delegados devem ser eleitos nos locais de trabalho, em reuniões que serão acompanhadas por representantes e/ou diretores sindicais. Nas sedes da Celesc e Eletrosul, Sertão do Imaruí (Eletrosul) CeFA (Celesc) e Agência Florianópolis (Celesc) o número de delegados corresponde a 1 (um) para cada 30 (trinta) empregados. Nos demais locais (subestações, escritórios, etc...) será eleito um delegado de cada local de trabalho. Participarão ainda, com direito somente a voz no Congresso, membros das diretorias dos demais sindicatos componentes da Intercel e Intersul, na condição de convidados.

Na segunda-feira os diretores e representantes do Sinergia estarão mais uma vez nos locais de trabalho da Eletrosul para concluir o processo de definição dos delegados que participarão do Congresso.



A grande mentira

Do "Informativo Dívida Externa"

A onda privatizante iniciou há pouco mais de 15 anos, com ascensão dos liberais, liderados por Margaret Thatcher, que ganhou as eleições na Inglaterra. Para eles, esta era a alternativa eficaz para se enfrentar a crise por que passava e passa o sistema capitalista. O caso britânico serviu como referência para o FMI exigir o mesmo procedimento por parte dos governos devedores do Terceiro Mundo. Porém é bom que se ressaltem algumas diferenças e algumas comparações.

A Inglaterra, com a venda de 50 empresas estatais deficitárias, em dez anos obteve recursos para o seu Tesouro Nacional de 60 bilhões de dólares. Já o México, um dos primeiros a seguir seu exemplo no Terceiro Mundo, vendeu, no mesmo período, 934 empresas públicas e somente conseguiu um superávit de caixa de 2 bilhões de dólares. Este dado confirma a discriminação existente e a política deliberada dos países credores de assumirem todo o controle sobre os devedores. Pois,

nos casos europeus, (França, Inglaterra, Alemanha) as estatais estratégicas não foram tocadas e, graças à venda das ineficientes os governos conseguiram recursos para proteger melhor estes setores.

Outro dado importante de se ressaltar é a mentira que está por trás de todo este discurso "liberalizante"; é o fato de, mesmo na Inglaterra, não haver resultados positivos. A economia Britânica que, em 1973, apresentava um índice de crescimento de 3,2 por cento ao ano, atualmente está caindo para a taxa 1,2 por cento, apesar de estar integrada no sistema de "livre mercado".

No caso dos países do Terceiro Mundo esta situação chega a ser trágica. O México, que alega ter controlado a inflação (é de 14 por cento ao ano) com a desestatização da economia, não consegue esconder o verdadeiro genocídio que o próprio governo está cometendo contra seu povo. O salário mínimo perdeu cerca de 75 por cento de seu poder de compra. Além disso, a concentração de riqueza nas mãos dos

poderosos aumentou exageradamente: dos 80 milhões de mexicanos hoje, 40 milhões vivem em estado de pobreza, (somente conseguem comprar a cesta básica de alimentos), sendo que 20 milhões deles já são miseráveis, não conseguem nem comprar alimentos.

Ainda no México, a taxa de desemprego é calculada em cerca de 40 por cento e 20 por cento da população vive de subemprego. Isto tudo, apesar de alegado investimento estrangeiro após o Plano Brady e com as privatizações, que em 1990 deve ter atingido 8 bilhões de dólares.

O Chile, primeiro país da América Latina a privatizar a economia quando o general Pinochet derrubou o governo de Salvador Allende em 1973, já passou por três fases. A primeira quando os militares entregaram de volta 350 estatais desapropriadas pelo Governo Socialista, logo após o assassinato de Allende; a segunda, entre 1975 e 1982, na qual 135 empresas e 16 bancos vendidos e a terceira, entre 1985 e 1989, quando até as empresas con-

sideradas de "segurança nacional" foram entregues.

Mesmo assim, com um índice recorde de crescimento na América do Sul (entre 5 e 6% ao ano), cerca de 2/3 de sua população está marginalizada do "mercado" vivendo nas favelas ao redor da capital, Santiago. Dos 14 milhões de chilenos, cinco milhões vivem na miséria e outros, 2,5 milhões na extrema miséria. Nenhum deles tem acesso à educação, saúde, moradia digna e, para se alimentar, fazem biscoitos nas ruas.

Estes dados são significativos para se contrapor à propaganda que o Governo Collor vem fazendo na televisão após a venda da Usiminas, dizendo que agora poderá atender aos problemas sociais da população. Esta lógica dos neo-liberais é uma lógica de bêbados (discurso diferente da prática), pois realmente o que está acontecendo é o genocídio em massa por fome, miséria, doenças endêmicas e epidêmicas, da maior parte da população de nossos países.